



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Nº 13, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no exercício de 2015, seja a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira e Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– V. Exª gostaria de encaminhar, Senador Donizeti?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu gostaria apenas, Presidente, de pedir aqui o apoio dos colegas para que esta Comissão faça isso, pois considero de uma relevância extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Sem dúvida.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A ausência da assistência técnica neste País tem travado o desenvolvimento do empreendedorismo rural, da pequena agricultura, dos assentamentos.

Então, nós poderemos, nesse acompanhamento dessa política, construir, a partir da avaliação, do acompanhamento, saídas e a quebra dos gargalos que têm impedido que essa política se efetive.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado.

De fato, a assistência técnica em extensão rural é de uma importância muito grande para os nossos agricultores, principalmente da agricultura familiar, que dependem de uma atenção especial dos governos, tanto o Federal quanto os estaduais e os municipais também.



Quando conseguirmos alinhar a atuação das três esferas de governos, daremos uma resposta muito mais positiva ao nosso agricultor.

Tenho certeza de que, com o acompanhamento de V. Ex^a, vamos evoluir ainda mais.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram, (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Nº 14, de 2015

- Não terminativo -

De autoria do Senador Dario Berger e da Senadora Ana Amélia.

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2015, seja a Política de Defesa Agropecuária no País.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Para encaminhar, com a palavra, o Senador Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, Presidente, a primeira experiência que tivemos de avaliação de políticas públicas nas comissões desta Casa ocorreu em 2014, quando, na oportunidade, coube à CRA avaliar duas políticas importantes para o desenvolvimento agrícola nacional, que foi o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no País e as estratégias públicas relacionadas à gestão dos recursos hídricos para a agricultura no semiárido nordestino.

Iniciamos, agora, em 2015, Presidente, o segundo ciclo de avaliações de políticas públicas no âmbito das comissões permanentes do Senado Federal.

Nesse contexto, entendemos que seria adequado a CRA avaliar as políticas de defesa de agropecuária no Brasil, especialmente no que diz respeito às responsabilidades dos entes federados no planejamento e na execução dessa política, bem como em relação aos desafios, para que se promova mais efetividade às estratégias de defesa agropecuária do País.

No que diz respeito aos desafios da política de defesa agropecuária, cita-se, por exemplo, o déficit de fiscais agropecuários no Poder Executivo.

Outro desafio diz respeito aos gargalos relacionados à gestão articulada da União, dos Estados e dos Municípios para o controle de enfermidades na pecuária e na lavoura nacional, por meio do sistema unificado de atenção da sanidade agropecuária.



O Estado de Santa Catarina, como V. Ex^a conhece e como os demais Senadores também conhecem, é hoje conhecido como modelo na execução de uma política pública de defesa agropecuária que representa o alicerce da sua produção e também da sua produtividade e da sua qualidade.

Por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), o Estado conseguiu mobilizar diversos segmentos da sociedade em torno de importantes programas de vigilância epidemiológica, de educação sanitária, de sanidade animal, entre outros.

Esses esforços garantiram a Santa Catarina, atualmente, a liberdade ou, vamos dizer, estar livre das seguintes doenças: febre aftosa, peste suína clássica, peste suína africana e doença da vaca louca. E, quanto à sanidade vegetal, o Estado também se mantém imune a diversas pragas, entre elas a mosca negra de citros, que ataca laranjas, bergamotas, limões e outros citros.

Portanto, resumindo, Sr. Presidente, ao ensejo Resolução nº 44-SF, de 2013, eu aproveito para apresentar este requerimento, pois é de grande oportunidade e de grande importância a abordagem técnica mais aprofundada sobre a definição e execução dessa política, a partir de parâmetros que consideram a sua economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Dante, então, do exposto conclamo os nobres membros desta Comissão a aprovarem o requerimento apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Meus cumprimentos, Senador Dário.

Essa matéria é importante, e V. Ex^a vai contribuir ainda mais com o seu trabalho com relação à política de defesa agropecuária do Brasil. É uma política que precisa realmente de um acompanhamento, e esta Comissão o fará. E, tanto com relação a este tema quanto também ao tema relativo à assistência técnica, faremos realizar várias audiências públicas, como todo o apoio da Consultoria, para que possamos produzir – e V. Ex^a produzirão com certeza – um trabalho importante para o nosso País.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item extrapauta.

ITEM 3

Requerimento Nº , de 2015

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para avaliar o programa de regularização fundiária, metas atingidas e a serem atingidas, entraves e demais problemas enfrentados pelo setor, com a presença de representantes das seguintes entidades: Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA); e



Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL).

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado pela presença de todos os Senadores e Senadoras.

(Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)